

Projetos de Lei em face do Corona Virus		
Numero	Relator	Proposta
<a href="#">PL 1181/2020</a>	AJ Albuquerque (PP-CE)	Proíbe por 24 meses as instituições financeiras e de proteção ao crédito de negativar pessoa física e jurídica inadimplente com o pagamento de obrigação contratual vencida no período de calamidade pública decretada no Brasil em decorrência da pandemia Covid-19 e outras
PL 1177/2020	Patricia Ferraz (PODE-AP)	Dispõe sobre a necessidade de adiar o prazo final para entrega da declaração do imposto de renda de pessoa física em casos de decreto de calamidade pública em âmbito nacional.
PL 1176/2020	Jorge Solla (PT-BA)	Dispõe sobre a isenção total de impostos nos itens que especifica, como mascarar , toucas cirurgicas , respiradores e outros itens de combate ao vvirus durante o estado de emergência sanitária em decorrência da pandemia causada pelo novo coronavírus.
PL 1157/2020	Danilo Cabral (PSB-PE)	Suspensão da cobrança de dívidas financeiras, assim como a incidência de juros, multas e demais taxas, por parte de instituições financeiras de qualquer natureza, sobre pessoa física, durante a vigência de estado de calamidade pública.
PL 1149/2020	Pompeo de Mattos (PDT- RS)	Dispensa as pessoas físicas e jurídicas do pagamento dos parcelamentos de débitos tributários enquanto vigorar o estado de calamidade pública instituído pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020.
<a href="#">PL 1129/2020</a>	Jose Mario Schreiner (DEM-GO)	Estabelece que, enquanto perdurar o estado de calamidade causado pelo novo coronavírus, o percentual de 7% (cinco por cento) dos recursos arrecadados com todos os concursos de prognósticos seja repassado ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e o Fundo Nacional de Saúde (FNS)
PL 1115/2020	Fred Costa (PATRIOTA- MG)	Isenta de tributos federais os insumos, medicamentos, e equipamentos necessários à prevenção e combate ao novo coronavírus (Covid-19).
PL 1116/2020	Aliel Machado (PSB-PR)	Dispõe sobre a isenção do pagamento da taxa de pedágio em rodovias federais, enquanto perdurar a declaração de pandemia do coronavírus pela Organização Mundial de Saúde, aos profissionais de transporte de alimentos, combustíveis e medicamentos
PL 1107/2020	Diego Andrade (PSD-MG)	Dispõe sobre isenção condicionada os tributos federais, incluindo taxas e contribuições. , nos termos do Código Tributário Nacional, no período de vigência da Lei nº 13.979, de 2020.

PL 1098/2020	Jose Mario Schreiner (DEM-GO)	Incentivos fiscais para doações a entidades públicas ou privadas, sem fins lucrativos, da área da saúde que atuem no combate à epidemia de coronavírus (Covid-19).
PL 1096/2020	Charlles Evangelista (PSL-MG)	Isenção de tarifa de pedagio para veiculos de trasporte de alimentos , produtos essenciais e para veiculos de propriedade de profissionais da saude e de segurança pública quando o país for afetado por pandemia ou decretado estado de calamidade pública.
PL 999/2020	Eduardo Bismarck (PDT-CE)	Determina a redefinição do prazo de entrega do Imposto de Renda de Pessoa Física em virtude do estado de calamidade pública decretada pelo Congresso Nacional, em decorrência da pandemia do Covid-19 , não sendo inferior a 30 dias após o encerramento do estado de calamidade pública
PL 966/2020	Carlos Veras (PT-PE)	No período de vigência do estado de calamidade pública os contribuintes de baixa renda, sujeitos a alíquotas diferenciadas. ficarão isentos do recolhimento das contribuições, sem prejuízo do cômputo do período para todos os fins previdenciários, inclusive para carência. Micro e pequenos empresas ficam isentas de recolhimento de tributos federais e Todas as obrigações tributárias acessórias das micro e pequenas empresas e das pessoas físicas ficam prorrogadas para 30 dias após o final da vigência do estado de calamidade pública
PL 958/2020	David Soares (DEM-SP)	Concede isenção fiscal, anistia e remissão aos microempreendedores individuais (MEIs), micro e pequenas empresas enquanto declarado o estado de calamidade pública no país, em decorrência da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).
PL 948/2020	JHC (PSB-AL)	A entrega da Declaração do Imposto de Renda ficará adiada em prazo equivalente ao período relativo às medidas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19),
PL 950/2020	JHC (PSB-AL)	Suspender, mediante decreto, a exigibilidade de tributos e aplicação de sanções municipais, estaduais e federais, em relação aos contribuintes empregadores que não promovam demissões durante o período, ressalvados casos de justa causa na forma da lei trabalhista (AC).

PL 924/2020	Assis Carvalho (PT-PI)	Institui o Imposto sobre Grandes Fortuna a ser destinado exclusivamente ao combate da pandemia do Covid-19. Fato gerador do imposto é a titularidade de bens e direitos de qualquer natureza, no Brasil ou no exterior, no dia 31/12 de cada ano em valor global superior a R\$ 5.000.000,00
PLP 41/2020	Miguel Lombardi (PL-SP)	Concede isenção temporária de tributos federais às Entidades de Assistência Social, em decorrência da epidemia de coronavírus Disease 2019 (Covid-19)
<a href="#">PL 895/2020</a>	Rejane Dias (PT-PI)	Isenta do pagamento do Imposto de Renda os trabalhadores envolvidos no enfrentamento ao coronavírus — Covid 19: profissionais da saúde, de serviços essenciais, policiais civis e militares e do corpo de bombeiros
<a href="#">PL 897/2020</a>	Rejane Dias (PT-PI)	Marjora as alíquotas da Cofins e da Cofins-Importação incidentes sobre operações de venda no mercado interno e de importação de bebidas alcoólicas e cigarros; e destina recursos para ações de saúde relacionadas à prevenção ou ao tratamento de doenças decorrentes do consumo de bebidas alcoólicas e cigarros e no combate a pandemias.
PL 853/2020	Kim Kataguiiri (DEM-SP)	isenção tributária para insumos médicos em casos de pandemia.
<a href="#">PL 854/2020</a>	Kim Kataguiiri (DEM-SP)	Isenção tributária para aplicativos de transporte e entrega em casos de pandemia.
PL 851/2020	Kim Kataguiiri (DEM-SP)	Altera a Lei n.º 13.103 de 2015 para isentar veículos de carga do pagamento de pedágios em períodos de pandemia.
PL 829/2020	Bibo Nunes (PSL-RS)	Suspende os prazos de pagamentos dos seguintes tributos federais durante a pandemia : PIS/PASEP, COFINS ( regime não cumulatio), IPI, contribuicoes a cargo da empresa provinientes do lucro, faturamento e folha salarial e demais rendimentos , destinados a Seguridade Social.
PL 804/2020	Rodrigo Coelho (PSB-SC)	dispoe sobre a proteção tributária, previdenciária e assistencial em razão da pandemia relacionada ao COVID-19.